



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

JUNHO/2026

Carta de Responsabilidade da Administração

Timóteo, MG, 28 de agosto de 2026

Assunto: Carta de representação da administração da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, referente às demonstrações contábeis levantadas em 30 de junho de 2026.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, relativa ao exercício findo em 30/06/2025, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	Valores correspondentes	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo	17.679.816,68	17.000.380,60
Passivo	856.208,26	1.257.760,37
Patrimônio Líquido	16.823.608,42	15.742.620,23
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	17.679.816,68	17.000.380,60
Sobras ou Perdas do exercício	682.123,47	1.092.114,33

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, datada de 28 de agosto de 2026, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

- 01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
- 02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.
- 03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
- 05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.
- 06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

- 07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião da Diretoria ou do Conselho de Administração, datada de 29 de Dezembro de 2025 não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme resolução CMN nº 3.566, de 29/05/2008.
- 08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
- 09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
- 12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
- 13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.
- 14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.424/15.
- 15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
- 16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
- 17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
- 18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome/Escritório	Endereço	OAB
ANDRADE SILVA ADVOGADOS	Rua Aimorés, 2.540, Lourdes, Belo Horizonte MG CEP 30140-072.	OAB/MG nº. 52.334

- 19- Relacionamos a seguir as instituições financeiras com os quais a cooperativa mantém relacionamento:

Nome do banco	Agencia	Conta corrente
Caixa Econômica Federal	1462	344-1
Caixa Econômica Federal	1462	2307-8

- 20- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, e que listamos a seguir:

Nome	Código	Relação
Edson Isidório	1-03628-0	Diretor Presidente
Carlos Eduardo Lisboa e Almeida	1-03200-0	Diretor Administrativo
José Adilson Mendes	1-03340-0	Diretor Financeiro
Geni Maria dos Santos	1-03355-3	Conselheira de Administração
Filipi Cavaliere de Resende	1-04166-1	Conselheiro de Administração
Marcos Flávio Viana dos Santos	1-04449-0	Conselheiro de Administração
Raimundo Martins dos Santos	1-03536-0	Presidente Conselho de Administração
Lucilene Oliveira Silva	1-04150-3	Vice-presidente Conselho de Administração

- 21- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.
- 22- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações contábeis e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
- 23- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis
- 24- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.
- 25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.
- 26- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Circular nº 3.467/09 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10, item 35.
- 27- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.
- 28- Nós lhes fornecemos:
- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.

- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
- Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM

Edson Isidório
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

José Adilson Mendes
Diretor Financeiro

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.679.816,68	17.000.380,60
Caixa e Equivalentes De Caixa	4	3.610.054,94	4.165.034,11
Disponibilidades		3.610.054,94	4.165.034,11
Operações de Crédito	6	13.948.168,07	12.783.492,03
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		14.202.901,40	12.977.147,63
(-) Provisão para Operações de Créditos		(254.733,33)	(193.655,60)
Outros Créditos	7	114.070,45	51.854,46
Diversos		584.111,44	521.895,45
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(470.040,99)	(470.040,99)
Outros Valores e Bens	8	7.523,22	-
Despesas Antecipadas		7.523,22	-
Não Circulante		0,00	0,00
Imobilizado de Uso	10	0,00	0,00
Imobilizado de Uso		38.471,14	38.471,14
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(38.471,14)	(38.471,14)
Total Ativo		17.679.816,68	17.000.380,60
PASSIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		856.208,26	1.257.760,37
Outras Obrigações	11	856.208,26	1.257.760,37
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		9.127,34	667,63
Sociais e Estatutárias	11.1	646.155,02	1.095.398,11
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	11.2	21.101,53	14.955,63
Diversas	11.3	179.824,37	146.739,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	16.823.608,42	15.742.620,23
Capital Social	12.1	11.544.180,96	10.545.316,24
De Domiciliados No País		11.544.180,96	10.545.316,24
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Reserva de Sobras	12.2	4.597.303,99	4.105.189,66
Sobras ou Perdas 1º semestre		682.123,47	1.092.114,23
Impactos Lei 4966/2021		(33.499,61)	-33.499,61
Sobras ou Perdas 1º semestre	12.3	715.623,08	1.094.316,43
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		17.679.816,68	17.000.380,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ISIDORIO
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS EDUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSE ADILSON MENDES
DIRETOR FINANCEIRO

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo - Coopertim

4127 - Coopertim

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Sobras/Perdas Líquidas	19	715.623,08	741.365,87
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		715.623,08	741.365,87

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ISIDORIO
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS EDUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSÉ ADILSON MENDES
DIRETOR FINANCEIRO

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	1º Sem 2026	1º Sem. 2025
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		1.704.527,32	1.466.658,88
Operações de Crédito	13	1.440.145,99	1.229.467,85
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos			
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos			
Resultado das Aplicações Compulsórias			
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	13		
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(179.230,66)	(74.967,32)
Operações de Captação no Mercado			
Operações de Empréstimos e Repasses			
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos			
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos			
Provisão para Operações de Créditos	14	(179.230,66)	(74.967,32)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.260.915,33	1.154.500,53
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(325.188,27)	(233.938,77)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço			
Rendas (Ingressos) de Tarifas			
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	15	(417.373,45)	(272.371,40)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	16	(171.146,39)	(198.004,90)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	16	(1.049,76)	(1.452,50)
Resultado de participações em coligadas e controladas			
Outras Receitas - Outros ativos Financeiros	17	239.448,33	209.485,18
Outras Receitas Operacionais	17	24.933,00	27.705,85
Outras Rendas (Ingressos) Operacionais	17	3.545,20	3.614,23
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	18	(3.545,20)	(2.915,23)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor			
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos			
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas			
Resultado Operacional		935.727,06	920.561,76
Outras Receitas e Despesas		0,00	0,00
Lucros em Transações com Valores e Bens			
Prejuízos em Transações com Valores e Bens			
Outras Receitas			
Outras Despesas	19	0,00	0,00
Resultado Antes da Tributação e Participações		935.727,06	920.561,76
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos			
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos			
Participações nos Resultados de Empregados			

Sobras/Perdas Antes das Destinações

FATES
Reserva Legal

Resultado Antes dos Juros ao Capital		935.727,06	920.561,76
Juros ao Capital	18	(220.103,98)	(179.195,89)
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias	19	715.623,08	741.365,87

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ISIDORIO
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS EDUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSE ADILSON MENDES
DIRETOR FINANCEIRO

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo - Coopertim
4127 - Coopertim
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Notas	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período	19	741.365,87	741.365,87
Ajuste de Exercícios Anteriores			
Juros ao Capital a Receber			
Distribuição de Sobras e Dividendos			
Resultado de Equivalência Patrimonial			
Participações no Lucro(Sobra)			
Provisão para Operações de Crédito	14	179.230,66	74.967,32
Provisão de Juros ao Capital	18	220.103,98	179.195,89
Destinações de Sobras			
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens			
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais			
Atualização de depósitos em garantia			
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado			
(Ganho)/Perdas por baixas de intangível			
Depreciações e Amortizações	16	0,00	0,00
		1.140.700,51	995.529,08
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
Títulos e Valores Mobiliários			
Relações Interdependências			
Operações de Crédito		(1.164.676,04)	(1.293.507,76)
Outros Créditos		(62.215,99)	(15.291,11)
Outros Valores e Bens		7.523,22	13.281,16
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista			
Depósitos sob Aviso			
Depósitos a Prazo			
Outros Depósitos			
Obrigações por Emissão de LCA			
Resultado de Exercícios Futuros			
Relações Interdependências			
Relações Interfinanceiras			
Obrigações por Empréstimos e Repasses			
Outras Obrigações		401.552,11	(155.922,91)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(200.000,00)	(350.000,00)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos			
FATES Sobras Exercício			
IRPJ			
CSLL			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(1.017.816,70)	(1.801.440,62)
Atividades de Investimentos			

Recebimento Dividendos

Distribuição Sobras da Central

Distribuição Sobras da Confederação

Alienação de Investimento

Alienação de Imobilizações de Uso

Aplicação no Intangível

Aplicação no Diferido

Aquisição De Imobilizado de Uso

Aquisição de investimentos

Outros Ajustes

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos

0,00

0,00

Atividades de Financiamentos

Aumento por novos aportes de Capital

832.119,27

778.574,02

Devolução de Capital à Cooperados

(431.574,23)

(416.391,71)

Estorno de Capital

Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar

200.000,16

100.000,00

Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados

(199.999,84)

(200.000,00)

Juros ao Capital à Ex-associados

Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF

398.319,52

276.398,28

Recuperação de Sobras de Exercícios Anteriores

-

-

Aumento no capital por incorporações

-

-

Aumento nas reservas por incorporações

-

-

Sobras/Perdas por incorporações

-

-

Reversão de Reserva de Expansão

-

-

Aumento aportes em reserva estatutária

-

-

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos

738.864,88

438.580,29

Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

295.391,10

(781.556,04)

Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período

3.314.663,84

4.095.662,84

Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período

3.610.054,94

3.314.106,80

Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

295.391,10

(781.556,04)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDISON ISIDORIO
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSE ADILSON MENDES
DIRETOR FINANCEIRO

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7

Eventos	Notas	<u>Capital</u>	<u>Reservas de Sobras</u>	<u>Sobras ou Perdas</u>	Totais
		Capital Subscrito	Fundo de Reserva	Acumuladas	
Saldos em 31/12/2024		9.306.034,70	3.419.670,25	1.094.316,43	13.820.021,38
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores					-
Destinação de Sobras Exercício Anterior					-
Ao FATES				(350.000,00)	(350.000,00)
Outras Destinações					
Constituição de Reservas			444.316,43	(444.316,43)	-
Em Conta Corrente do Associado				(200.000,00)	(200.000,00)
Ao Capital				(100.000,00)	(100.000,00)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					
Constituição de Reservas por Incorporações					
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		778.574,02			778.574,02
Por Devolução (-)		(416.391,71)			(416.391,71)
Estorno de Capital					
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				920.561,76	920.561,76
Remuneração de Juros ao Capital				-	
Provisão do Juros ao Capital				(179.195,89)	(179.195,89)
Subscrição dos Juros ao Capital		276.398,28		-	276.398,28
IRRF sobre Juros ao Capital					
Juros ao Capital - Ex-associados					
IRRF sobre Juros ao Capital Ex-associados					
Movimentação por Incorporações					
IMPACTOS RESOLUÇÃO CMN 4966				(33.499,61)	(33.399,61)
FATES - Atos Não Cooperativos					
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios					
Fundo de Reserva					
Outros Fundos Estatutários					
F A T E S					
Saldos em 30/06/2025		9.944.615,29	3.863.986,68	707.866,26	14.516.468,23
Saldos em 31/12/2025		10.545.316,24	4.105.189,66	1.092.114,33	15.742.620,23
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores					-
Destinação de Sobras Exercício Anterior					-
Ao FATES				(200.000,00)	(200.000,00)
Outras destinações					-
Constituição de Reservas			492.114,33	(492.114,33)	-
Em Conta Corrente do Associado				(199.999,84)	(200.000,00)
Ao Capital		200.000,16		(200.000,16)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização		832.119,27			832.119,27
Por Devolução (-)		(431.574,23)			(431.574,23)
Estorno Capital		-			-
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				935.727,06	935.727,06
Remuneração de Juros ao Capital					
Provisão de Juros ao Capital				(220.103,98)	(220.103,98)
Subscrição dos Juros ao Capital		398.319,52		-	398.319,52
IRRF sobre Juros ao Capital					-
Juros ao Capital - Ex-associados					

Movimentação por Incorporações
IMPACTOS RESOLUÇÃO CMN 4966
FATES - Atos Não Cooperativos

(33.499,61)

(33.399,61)

-

-

Saldos em 30/06/2026

11.544.180,96

4.597.303,99

682.123,47

16.823.608,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ISIDORIO
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSE ADILSON MENDES
DIRETOR FINANCEIRO

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. COOPERTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 (Em Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda - COOPERTIM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira, fundada em **10/10/1984**, tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPERTIM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de agosto de 2026.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2022.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

Entrou em vigor dia 01/01/2025 a Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados. Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por aplicações na Caixa Econômica Federal agência 1462.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	20.009,20	29.436,70
Aplicações Bancárias (a)	3.590.045,74	4.135.597,41
TOTAL	3.610.054,94	4.165.034,11

(a) Referem-se a aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal

5. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2026** e **31 de dezembro de 2025**, as Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

(a) Saldo zerado devido a desfiliação da Coopertim.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	14.202.901,40			12.977.147,63
Financiamentos				
Financiamentos Rurais e Agroindustriais				
Total de Operações de Crédito	14.202.901,40			12.977.147,63
(-) Provisões para Operações de Crédito	(254.733,33)			(193.655,60)
TOTAL	13.948.168,07			12.783.492,03

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

OBS: A partir de 01/01/2025 a provisão passou a seguir os critérios da Resolução CMN 4966/2021.

Descrição	06/2026	06/2026	12/2025	12/2025
Empréstimos	14.202.901,40		12.977.147,63	
Provisão Perdas Incorridas	-	(91.010,85)	-	(49.205,27)
Provisão Perdas Esperadas	-	(37,45)	-	(22.478,34)
Provisão Adicional	-	(163.685,03)	-	(121.971,99)

Total Geral	14.202.901,40	(254.733,33)	12.977.147,63	(193.655,60)
Provisões	(254.733,33)		(193.655,60)	
Total líquido	13.948.168,07		12.783.492,03	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.097.886,01	3.245.826,51	9.712.565,16	14.056.277,68
Financiamentos				
Financiamentos Rurais				
Conta Corrente				
TOTAL	1.097.886,01	3.245.826,51	9.712.565,16	14.056.277,68

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	30/06/2026	% da Carteira
Setor Privado - Comércio					
Setor Privado - Indústria					
Setor Privado - Serviços					
Pessoa Física	13.948.168,07			13.948.168,07	100
Outros					
TOTAL	13.948.168,07			13.948.168,07	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(193.655,60)	0,00
Constituições	(171.410,87)	(715.481,13)
Reversões	110.333,14	521.825,53
Transferência para prejuízo	0,00	
TOTAL	(254.733,33)	(193.655,60)

Obs: a partir de 01/2025 as provisões passaram a seguir os critérios a CMN 4966/2021.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	183.742,90	1,32	147.259,06	1,23
10 Maiores Devedores	984.680,53	7,06	893.822,17	6,99
50 Maiores Devedores	2.953.736,94	21,18	2.768.731,03	21,66

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial		
Valor das operações transferidas no período		
Valor das operações recuperadas no período		
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas		
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas		
TOTAL		

Conta descontinuada em 06/2025.

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2026** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$3.621.739,71, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados				
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber				
Outras rendas a receber				
Rendimentos Centralização Financeira - Central				
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais				
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	0,00		500,00	
Devedores por depósitos em garantia (a)	55.399,66		51.854,46	
Outros Créditos			0,00	
Impostos e contribuições a compensar	0,00		0,00	
Títulos e créditos a receber (b)	470.040,99		470.040,99	
Devedores diversos – país	58.670,79		0,00	
(-) Provisões para outros créditos	(470.040,99)		(470.040,99)	
(-) Com características de concessão de crédito (c)	(470.040,99)		(470.040,99)	
TOTAL	114.070,45		51.854,46	

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$11.180,18), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$44.219,48), totalizando (R\$55.399,66).

(b) Do valor contabilizado R\$470.040,99 refere-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Timóteo referente a diversos anos. O desconto em folha dos servidores era enviado, estes descontados nos vencimentos, porém não repassados a cooperativa.

A cooperativa ingressou em juízo, impetrando uma Ação Cautelar contra o Município de Timóteo, a ação transitou em julgado com sentença favorável a COOPERTIM, o processo encontra-se em fase de execução.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

OBS: A partir de 01/01/2025 a provisão passou a seguir os critérios da Resolução CMN 4966/2021

Descrição	06/2026	06/2026	12/2025	12/2025
Empréstimos	14.202.901,40		12.977.147,63	
Provisão Perdas Incorridas	-	(91.010,85)	-	(49.205,27)
Provisão Perdas Esperadas	-	(37,45)	-	(22.478,34)
Provisão Adicional	-	(163.685,03)	-	(121.971,99)
Total Geral	14.202.901,40	(254.733,33)	12.977.147,63	(193.655,60)
Provisões	(254.733,33)		(193.655,60)	
Total líquido	13.948.168,07		12.783.492,03	

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2025		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio	-	-	-	-
Despesas Antecipadas (a)	7.523,22	-	-	-
(Provisões para Desvalorizações)	-	-	-	-
TOTAL	7.523,22	-	-	-

09. Investimentos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Participações em cooperativa central de crédito	-	-
(-) integralizações a realizar	-	-
Participações inst financ controlada coop crédito	-	-
Outros Investimentos	-	-
TOTAL	-	-

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	-	
Terrenos	-	-	
Edificações	-	-	
Instalações	5.947,77	5.947,77	
Móveis e equipamentos de Uso	21.980,37	21.980,37	
Sistema de Comunicação	-	-	
Sistema de Processamento de Dados	10.543,00	10.543,00	
Sistema de Segurança		-	
Sistema de Transporte		-	
(-) Total Depreciação Acumulada	(38.471,14)	(38.471,14)	
TOTAL	0,00	0,00	

11. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.127,34		667,63	
Sociais e Estatutárias	646.155,02		1.095.398,11	
Fiscais e Previdenciárias	21.101,53		14.955,63	
Diversas	179.824,37		146.739,00	
TOTAL	856.208,26		1.257.760,37	

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	588.893,01		1.072.937,92	
Resultado de Atos com não Associados	0,00		0,00	
Cotas de Capital a Pagar (b)	57.262,01		22.460,19	
TOTAL	646.155,02		1.095.398,11	

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Do valor contabilizado R\$588.893,01 (R\$368.789,03 refere-se ao Fates e R\$220.103,98 a dividendos e bonificações a pagar).

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar				
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.935,44			
Impostos e Contribuições sobre Salários	18.166,09		14.955,63	
Outros				
TOTAL	21.101,53		14.955,63	

11.3 Diversas

Descrição	30/06/2025		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos				
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros				
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	105.724,69		94.884,52	
Provisão para Passivos Contingentes (b)	55.399,68		51.854,48	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	0,00		0,00	
Credores Diversos - País (c)	18.700,00		0,00	
TOTAL	179.824,37		146.739,00	

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, encargos, honorários da diretoria, despesas administrativas e valores a regularizar.

(b) Referem-se a depósito judicial de pis e cofins.

(c) Refere-se a cheques trânsito.

12. Patrimônio líquido

12.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social	11.544.180,96	10.545.316,24
Associados	1573	1532

12.2) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

12.2.1) O valor da reserva atual é de R\$4.597.303,99 (sendo R\$4.497.303,99 na conta Reserva Legal e R\$100.000,00 na conta de Reserva Fundo de Contingência, criado em 2024, conforme AGO).

12.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Sobra líquida do 1º semestre: R\$715.623,08

13. Receitas de operações de credito

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	0,00	0,00
Rendas de Empréstimos	1.440.145,99	1.229.467,85
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	0,00	0,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	24.933,00	27.705,85
TOTAL	1.465.078,99	1.257.173,70

14. Despesas de intermediação financeira

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas De Captação	0,00	0,00
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	0,00	0,00
Provisões para Operações de Credito	(179.230,66)	(74.977,32)
Provisões para Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL	(179.230,66)	(74.977,32)

15. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2025	30/06/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(32.622,24)	(9.192,72)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(173.075,32)	(51.389,89)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(27.297,21)	(27.156,16)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(44.891,74)	(5.678,46)
Despesas de Pessoal - Proventos	(139.486,94)	(78.954,17)
TOTAL	(417.373,45)	(272.371,40)

16. Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(3.030,48)	(2.802,78)
Despesas de Aluguéis	(8.297,40)	(9.983,49)
Despesas de Comunicações	(5.077,97)	(3.664,30)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	0,00	0,00
Despesas de Material	(6.736,87)	(10.650,95)
Despesas de Processamento de Dados	(54.325,42)	(49.865,00)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	0,00	0,00
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	0,00
Despesas de Publicações	0,00	0,00
Despesas de Seguros	(553,38)	(520,08)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	0,00	0,00
Despesas de Serviços de Terceiros	0,00	0,00
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(55.737,25)	(80.312,13)
Despesas Tributárias	(1.049,76)	(1.452,50)
Despesas de Transporte	0,00	0,00
Despesas de Viagem no País	0,00	0,00
Despesas de Amortização	0,00	0,00
Despesas de Depreciação	0,00	0,00
Outras Despesas Administrativas	(37.387,62)	(36.122,06)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	0,00
Rateio de despesas da Central	0,00	0,00
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00
TOTAL	(172.196,15)	(195.373,29)

17. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2025	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	0,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	0,00
Rendas da Centralização Financeira	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00
Rendas de repasses Delcredere	0,00	0,00
Outras rendas operacionais	242.991,53	213.099,41
Rendas oriundas de cartões de crédito	0,00	0,00
TOTAL	242.991,53	213.099,41

18. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	0,00
Despesas de Provisões Passivas	0,00	0,00
Outras Despesas Operacionais	(3.545,20)	(2.915,23)
Provisão de Juros ao Capital	(179.230,65)	(179.195,89)
Descontos concedidos - operações de crédito	0,00	0,00
Cancelamento - tarifas pendentes	0,00	0,00
TOTAL	(185.656,32)	(182.111,12)

19. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	0,00
Ganhos de Capital	0,00	0,00
Ganhos de Aluguéis	0,00	0,00
Outras Despesas Não Operacionais	0,00	0,00
Outras Rendas não Operacionais	0,00	0,00
(-) Perdas de Capital	0,00	0,00
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00
Resultado Líquido	715.623,08	741.365,87

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2026>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	0,00	0,00	0,00
TOTAL			
Montante das Operações Passivas	0,00	0,00	0,00

b) Operações ativas e passivas – saldo em **junho/2026**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Crédito Rural	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	R\$ 316.652,67	1.668,18	2,27

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	0,00	0,00	0,00
Depósitos a Prazo	0,00	0,00	0,00

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	-

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2026	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	2,27%
Crédito Rural (modalidades)	-
Aplicações Financeiras	-

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025	
Cobrança Administrativa	0,00
Cobrança Judicial	0,00
Não cobrados	0,00
TOTAL GERAL	0,00

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	0,00
Empréstimo	0,00

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026 (R\$)	
Pessoa Física	0,00
Pessoa Jurídica	0,00
TOTAL DOAÇÕES	

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2026	2025
0,00	0,00

h) No primeiro semestre de <2026> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026(R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	32.622,24
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	173.075,32
Encargos Sociais	
Plano de Saúde	

i) No decorrer do **primeiro semestre de 2026** houve aquisições no montante de R\$0,00, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

21. Desfiliação da Cooperativa Central

Considerando a desfiliação da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. – COOPERTIM, DO SICOOB CENTRAL CECREMGE no ano de 2021.

Em 2021, considerando que COOPERTIM tornou-se cooperativa singular independente, foi iniciado processo de implementação de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nos termos dos arts. 61 a 67 da Resolução no 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, além dos requisitos adicionais previstos nos art. 19 a 30 da Resolução no 4.606, de 19 de outubro de 2017.

A partir de 2022, o monitoramento e Gestão de Riscos (Matriz de Riscos); ACIR Centralizado e ouvidoria passou a ser realizado pela própria cooperativa.

22. Gerenciamento de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de gerenciamento de capital.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela cooperativa, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

22.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete a administração da cooperativa a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política de risco de crédito, além do monitoramento das carteiras de crédito.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2026	2025
Patrimônio de Referência	364.217,58	364.217,58

Timóteo, MG, 28 de agosto de 2026

Edson Isidório
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

José Adilson Mendes
Diretor Financeiro

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2026 da Cooperativa de Crédito dos Servidores Municipais de Timóteo Ltda – COOPERTIM, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2025 a Coopertim completou 41 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2026, a Coopertim obteve uma sobra bruta de R\$920.561,76 no ano, ficando uma sobra líquida a disposição de assembleia de R\$741.365,87.

3. Ativos

Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal somaram R\$3.610.054,94, por sua vez a carteira de créditos representava R\$13.948.168,07.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2026 o percentual de 11,31% da carteira, no montante de R\$1.578.388,78.

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Coopertim era de R\$364.217,58.

O quadro de associados era composto por 1573 Cooperados.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Coopertim adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas conforme normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, e está desenvolvendo uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito a cada biênio na AGO, com mandato até a AGO de 2029, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Sistema de Ouvidoria

A partir de 2022 a ouvidoria passou a ser realizado pela própria cooperativa e representou um importante avanço a serviço dos cooperados, e dispõe de diretor responsável pela área e apoio a ouvidoria.

A ouvidoria segue de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional.

Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da COOPERTIM, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2026, a Ouvidoria não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPERTIM aderiram em 25/04/2024 ao novo Código de Ética, essa adesão promove a integridade, a transparência e a responsabilidade entre todos os membros e colaboradores da COOPERTIM.

10. Implementação da Regulamentação Contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Foi publicado no Diário Oficial da União – DOU de 29/11/2021, Seção 1, p. 393-400 a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”. A nova regra contábil teve sua vigência iniciada em 01/01/2025.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Timóteo, 28 de agosto de 2026

Conselho de Administração

Raimundo Martins dos Santos

Lucilene Oliveira Silva

Geni Maria dos Santos

Filipi Cavalieri de Resende

Marcos Flávio Viana de Queiroz

Diretoria Executiva

Edson Isidorio

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa E Almeida

Diretor Administrativo

José Adilson Mendes

Diretor Financeiro